

Ata da II Reunião Ordinária da Gestão 2012-2013

17 e 18 de abril de 2012

1
2
3 Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, Anexo I do Palácio do Planalto foi
4 realizada a preparação para a II Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e
5 Nutricional – CONSEA, Gestão 2012-2013, órgão de assessoramento do Presidente da República,
6 instituído através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela
7 Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro
8 de 2007. A lista de presença encontra-se anexa. A Pauta seguida foi: 1. Trabalhos de Grupo – 9h às
9 13h – salas de grupo – Anexo I do Palácio do Planalto. Objetivo: Planejamento das atividades do
10 Consea para 2012-2013. Intervalo para almoço. 2. Solenidade de Posse dos Conselheiros(as) e da
11 Presidenta do Consea – 15h – Salão Oeste do Palácio do Planalto. Dia dezoito de abril de 2012 –
12 Plenária. 3. Aprovação da Pauta do Dia – Maria Emília Pacheco – Presidenta do Consea – 9h. 4.
13 Saudação da Ministra Tereza Campello – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
14 – 9h15. 5. Preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
15 Rio+20 – 9h30 – Apresentação das atividades a serem realizadas na Rio+20 e resumo da parte sobre
16 Segurança Alimentar e Nutricional da versão zero do documento oficial e análise sobre o que foi
17 considerado do posicionamento brasileiro – Márcia Muchagata – Secretária Executiva do Ministério
18 do Desenvolvimento e Combate – 9h30. – Análise dos documentos da Rio+20 sob a ótica da
19 sociedade civil – Elisa Huguency – Action Aid – 10h. – Debate e encaminhamentos sobre a atuação
20 do Consea na Rio+20 – 10h20 as 12h. 6. Apresentação da Metodologia de Monitoramento do
21 Orçamento da Segurança Alimentar e Nutricional – Marcelo Gonçalves – Assessor Técnico da
22 Secretária Executiva do Consea – 12h. – Esclarecimentos e debate – 12h30. Intervalo para Almoço
23 13h às 14h. 7. Planejamento do Consea para 2012-2013 – Apresentação dos Resultados dos Grupos
24 – 14h. Debate e encaminhamentos – 14h30. Breve reunião dos interessados em compor as
25 respectivas Comissões Permanentes para indicarem seus coordenadores(as) provisórios(as) – 16h30.
26 8. Informes – Convites ao Consea para atividades externas – Maria Emília Pacheco – Presidenta do
27 Consea – 17h. 9. Encerramento – 17h30. Iniciando o ponto **3. Aprovação da Pauta do Dia –**
28 **Maria Emília Pacheco – Presidenta do Consea – 9h.** A Sra. Maria Emília Pacheco pediu
29 desculpas a todos pela alteração da pauta enviada com antecedência, explicando que foi necessário
30 em função da Agenda da Ministra, solicitando a compreensão de todos. Em seguida informou que a
31 Secretária Executiva não teve tempo hábil para elaboração da ata da reunião anterior, dada a
32 proximidade da realização das reuniões e que a ata será apresentada aos conselheiros na próxima
33 reunião. A palavra foi dada a Ministra Tereza Campello que reforçou as desculpas pela mudança na
34 Agenda colocando ter sido convocada para reunião com a Presidenta Dilma Rousseff para discussão
35 sobre a regulamentação da Lei de Resíduos Sólidos e a construção de uma Agenda para “O Brasil
36 Sem Lixão” e para a Agenda de Coleta Seletiva, um tema que considera de grande relevância para o
37 Consea, que deverá ser pauta para discussão, quando possível. Ressaltou que gostaria muito de
38 falar um pouco sobre a Rio+20, dado que pela primeira vez a área de segurança alimentar está
39 envolvida na condução de uma Agenda de Sustentabilidade, sendo o MDS um dos coordenadores
40 da Agenda. Antes, falou da importância do evento realizado em dia anterior com a posse dos
41 Conselheiros e da Presidenta do Consea, Maria Emília, não somente pela presença da Presidenta
42 Dilma Rousseff, mas de muitos Ministros de Ministérios estratégicos para Agenda de Segurança

43 Alimentar e Nutricional, destacando o Ministério da Educação, o Ministério da Agricultura, o
44 Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Ciência e
45 Tecnologia. Aproveitou ainda para dizer que três Ministérios pediram para justificar e lamentar suas
46 ausências; Secretaria Geral da Presidência, Ministério da Saúde e Secretaria dos Direitos Humanos.
47 Reforçou ainda o compromisso do MDS e dela mesma em estar participando das reuniões do
48 Consea e ter a Agenda de Segurança Alimentar e Nutricional como agenda prioritária e estratégica,
49 ajudando na construção junto ao Governo. Ressaltou que acredita que cada vez mais a Agenda de
50 Segurança Alimentar e Nutricional se torna uma agenda transversal dentro do Governo, lembrando
51 da fala da Presidenta Dilma Rousseff estabelecendo-a como prioridade. Em seguida, propôs retomar
52 os diálogos com a Sociedade Civil como feito quando do lançamento do “Brasil sem Miséria”,
53 agora para fazer um balanço e uma prestação de contas, bem como para ouvi-los, uma vez que o
54 Programa está completando um ano de existência. Sugeriu fazerem, na próxima reunião, uma
55 apresentação do balanço do Programa e ouvir críticas e sugestões do Consea, se necessário. Passou
56 a falar sobre a Rio+20, onde colocou que o Brasil terá a oportunidade de mostrar suas experiências,
57 uma vez que a agenda brasileira na área de desenvolvimento sustentável é uma agenda ampla em
58 vários setores. Ressaltou que considera que será uma grande oportunidade para o Brasil não só se
59 conhecer, como para pautar temas que muitas vezes ficam restritos a quem lida com essa Agenda.
60 Defendeu veementemente que a Agenda Social e a Agenda Ambiental devem ser discutidas
61 conjuntamente durante a Rio+20, onde solicitou ajuda de todos nessa defesa, uma vez que vem
62 sendo aventado que o Brasil está tentando esconder a Agenda Ambiental com esse posicionamento,
63 enfatizando que discutir o econômico, o social e o ambiental é a única forma de discutir
64 sustentabilidade e que é importante e estratégico que a Agenda da Rio+20 no Brasil tenha como
65 subtítulo a questão do combate à pobreza e da discussão da sustentabilidade ambiental conjuntas.
66 Informou que para reafirmar esse posicionamento, será construído, fisicamente, um espaço
67 exclusivo dentro da Rio+20 chamado de “Arena Social”. Colocou que não será um espaço do
68 Governo, mas sim um espaço para discussão de uma agenda onde setores organizados da sociedade
69 possam propor debates que sejam seus e não sejam do Governo. E que pretende-se que o espaço
70 tenha interação com o mundo todo. Informou que juntamente terão o espaço de exposição de
71 experiências que estão acontecendo no Brasil. Passou a falar dos dez temas estratégicos que serão
72 discutidos na Rio+20, onde o Brasil batalhou bastante para que incorporassem esse olhar: 1.
73 Desenvolvimento Sustentável para Combate à Pobreza. 2. Desenvolvimento Sustentável como
74 Respostas às Crises Econômicas e Financeiras. 3. Desemprego, Trabalho Decente e Migrações. 4
75 Economia de Desenvolvimento Sustentável, Incluindo Padrões Sustentáveis de Produção e
76 Consumo. 5. Florestas. 6. Segurança Alimentar e Nutricional. 7. A Energia Sustentável Para Todos.
77 8. A Agenda de Água. 9. Agenda de Cidades Sustentáveis e Inovação. 10. Agenda de Oceanos. Por
78 fim, voltou a pedir o apoio de todos para que o Governo Brasileiro não fique sozinho na discussão
79 que a Agenda Social é uma agenda estratégica dentro da Agenda Ambiental. A Sr.^a Maria Emília
80 Pacheco agradeceu a manifestação calorosa de apoio em sua posse e a presença da Ministra,
81 reforçando que é a perspectiva sócioambiental que move muitos segmentos sociais e organizações.
82 A Ministra Tereza Campello desejou uma boa reunião a todos se desculpando por ter que se retirar,
83 em função de sua agenda. A Sr.^a Maria Emília Pacheco deu continuidade aos trabalhos com a
84 **Apresentação das atividades a serem realizadas na Rio+20 e resumo da parte sobre Segurança**
85 **Alimentar e Nutricional da versão zero do documento oficial e análise sobre o que foi**
86 **considerado do posicionamento brasileiro – Márcia Muchagata – Secretária Executiva do**

87 **Ministério do Desenvolvimento e Combate – 9h30:** A Sr.^a Márcia Muchagata explicou que iria
88 dividir sua apresentação em duas partes. A primeira sobre a organização da Conferência e a segunda
89 sobre o processo de negociação. Passou a detalhar o Calendário da Rio+20 e os locais onde
90 ocorrerão os eventos. Comentou ainda que a Cidade do Rio de Janeiro num todo estará realizando
91 eventos relacionados a Rio+20. Passou a falar sobre como acontecerão os diálogos sobre os temas,
92 mencionado pela Ministra. Explicou que os diálogos foram pensados como uma alternativa para o
93 processo de negociação da ONU, onde poderá ter a participação da Sociedade Civil debatendo os
94 temas que realmente importam e a ideia é que saiam recomendações para o desenvolvimento
95 sustentável durante os debates que vão ser entregues aos Chefes de Estado. As mesas deverão ter
96 dez personalidades do mundo acadêmico, empresarial e Sociedade Civil sem Governo e agências
97 multilaterais do Sistema ONU, que já têm o Fórum Oficial para conversar. Os nomes das
98 personalidades irão sair de uma lista de nomes criada a partir de indicações de vários setores. Foi
99 montada uma plataforma interativa junto com o PNUD para que as pessoas possam interagir e os
100 nomes dos Conselheiros do Consea já foi enviado para receberem o convite de participação.
101 Informou que a Arena Social é um espaço coordenado pelo MDS em parceria com outros
102 Ministérios que tem como objetivo estabelecer um debate da Sociedade Civil, da Cidade do Rio de
103 Janeiro como um todo, mas que esperam ter as delegações oficiais circulando pelo local e passou a
104 detalhar a dinâmica elaborada para realização dos trabalhos e a programação. Informou também que
105 para participação no segmento oficial ainda estão sendo discutidos os critérios para composição da
106 Delegação Brasileira. Passou a falar sobre o processo de negociação, em que colocou que o Brasil
107 entregou para as Nações Unidas o documento que são as contribuições brasileiras para a Rio+20,
108 juntamente aos documentos dos outros países, aos documentos dos grupos da Sociedade Civil, que
109 têm sempre na ONU e que a Minuta Zero passará por mais uma rodada de discussões em Nova
110 Iorque, onde ainda terão a oportunidade de enviar suas sugestões nas questões de segurança
111 alimentar. Por fim, colocou que atualmente têm três discussões em andamento: a governança, o
112 contexto da economia verde e do desenvolvimento sustentável e a proposta de programa de
113 proteção socioambiental apresentada pelo Brasil, que é o que se pretende explorar na Arena Social.
114 Ressaltou ainda que encontra-se em discussão o lançamento do processo de objetivos do
115 desenvolvimento sustentável, que tem suporte de vários países, incluindo o Brasil, que seria um
116 pouco uma evolução dos objetivos do milênio, onde a ideia seria agregar a discussão de ter metas
117 que congreguem o social, o ambiental e o financeiro. A palavra foi dada a Sr.^a Elisa Hugueney,
118 representante da Action Aid, que relatou que estará apresentando as perspectivas da sociedade Civil
119 sobre o processo da Rio+20, pois esteve acompanhando as negociações, participando da discussão e
120 elaboração da Minuta Zero, que ainda está em processo de confecção. Iniciou suas considerações
121 falando que a impressão que têm é que está ocorrendo o perigo de haver um retrocesso em certos
122 processos que foram conquistados na Eco 92. Ressaltou que averiguaram que os objetivos da
123 Rio+20, segundo a própria ONU, que é assegurar um comprometimento político, renovado para o
124 desenvolvimento sustentável, avaliar o progresso feito até o momento e as lacunas que ainda
125 existem na implementação dos resultados dos principais encontros sobre o desenvolvimento
126 sustentável, além de abordar os novos desafios emergentes, na verdade, não vai acontecer durante a
127 Rio+20. E que o que prevaleceu foram dois temas centrais: Economia Verde no contexto da
128 erradicação da pobreza e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável, que é a questão
129 de governança. Enfatizou que a proposta da Sociedade Civil é a revisão dos padrões de produção e
130 consumo que têm que ser modificados e ter o princípio-chave guiando isso, como direitos humanos,

131 a igualdade, a equidade, a erradicação da pobreza e o princípio das responsabilidades comuns,
132 porém diferenciadas. Quanto a Minuta Zero, coloca que traduz que provavelmente o principal
133 resultado que vai sair da Rio+20 vai ser a estrutura como os objetivos de desenvolvimento
134 sustentável vão funcionar, que seria baseado nos objetivos de desenvolvimento do milênio, o que a
135 Sociedade Civil considera frágil, uma vez que os objetivos do milênio não gerou muitos resultados
136 e que não tiveram muito impacto, tendo a necessidade de rever o processo e repensar em como
137 seriam esses objetivos de desenvolvimento sustentável. Em relação à segurança alimentar, informou
138 que essa parte da Minuta Zero ainda está indefinida, encontra-se em discussão com países
139 completamente diferentes discutindo, alguns pressionando com propostas interessantes e outros não.
140 Comentou que existe uma tendência ao fortalecimento de uma abordagem de uma linguagem de
141 direitos, reconhecendo direitos, um maior apoio e investimento as classes menos favorecidas, a
142 criação de animais dentro do âmbito da segurança alimentar, o reconhecimento do papel do Comitê
143 de Segurança Alimentar da FAO como um comitê-chave para questão da segurança alimentar e que
144 teria um papel de liderança nesse sentido. E que, por outro lado, há uma objeção forte de alguns
145 países quando se faz referência aos princípios de direitos, inclusive solicitando a retirada das
146 referências. O que consideram um retrocesso absurdo. Informou que há questionamento a sistemas
147 de produção local, mais investimento e mais estudos feitos pela Avaliação Internacional do
148 Conhecimento e da Ciência e da Tecnologia Agrícola para o Desenvolvimento, a cooperação
149 internacional por parte dos países desenvolvidos, que teriam que tomar a liderança das
150 responsabilidades comuns e a agrobiodiversidade. Falou rapidamente sobre como estaria
151 estruturada a Cúpula dos Povos, dividida em três eixos temáticos: As falsas soluções, as alternativas
152 e uma agenda de campanhas e mobilização. E que será lançada uma grande campanha de
153 mobilização global durante a Rio+20 para dar continuidade a esse processo com a realização de
154 plenárias sobre direitos por justiça social e ambiental, defesa dos bens comuns contra
155 mercantilização, soberania alimentar, energia e indústria extrativista, trabalho para outra economia e
156 novos paradigmas da sociedade para acumular o debate para a Assembleia dos Povos. Informou
157 ainda, que no dia vinte de junho, primeiro dia oficial da Rio+20, será realizada uma grande marcha
158 da Cúpula dos Povos. Por fim, informou o que a *Action Aid* pretende propor na Rio+20: Uma
159 Oficina de Adaptação, uma Oficina sobre Agrocombustíveis, uma Oficina sobre o Brasil sem
160 Miséria, um projeto junto com o CEAC, que é uma Comunidade da Cidade de Deus e o lançamento
161 de uma plataforma digital e de mobilização para a Rio+20. A Sr.^a Maria Emília Pacheco completou
162 o informe sobre a Cúpula dos Povos, colocando que o seu objetivo é se posicionar criticamente em
163 relação às duas questões centrais da proposta oficial: Economia Verde e Governança. Enfatizando
164 que o recado a ser dado é que esse é o momento fundamental para identificar quais são as causas
165 estruturantes das várias crises e fazer um debate, uma crítica profunda às formas atuais de
166 acumulação, de reprodução do capitalismo. Ressaltou que a Cúpula dos Povos tem o caráter de um
167 espaço dos povos sem incorporações e autônomos em relação ao Governo. E sendo assim, o Consea
168 não pode aparecer fazendo proposta, mas as organizações, articulações e movimentos que o
169 compõem sim. Chamou a atenção para o nome dado à Cúpula dos Povos: “Cúpula dos Povos na
170 Rio+20 por justiça social e ambiental contra a mercantilização da vida e em defesa dos bens
171 comuns”, que marca o seu sentido e converge com a visão de relação entre o social e o ambiental,
172 como enfatizado pela Ministra. Lembrou que a Cúpula dos Povos faz uma releitura dos temas da
173 Cúpula Oficial e que pretende trabalhar com a concepção de vários espaços, destacando um
174 chamado “Territórios do Futuro”. Destacou a importância do debate sobre a adaptação, comentado

175 pela Ministra por considerar que seja essa uma das questões-chaves que aparece dentro do debate da
176 Cúpula dos Povos. E por fim informou que na tentativa de romper com o formato do Fórum Social,
177 a Cúpula dos Povos pretende ir além e por isso ela será realizada nesse formato. O Sr. Werner
178 Fuchs detectou que no documento não está evidente a realização de uma análise mais profunda das
179 causas dos entraves ou dos retrocessos para construção das soluções sustentáveis. Além disso, o Sr.
180 Werner Fuchs questionou a resposta da Embrapa às moções da 4ª Conferência, dizendo que a
181 Diretora em exercício deveria ser responsabilizada por negar o sucesso da própria Embrapa no
182 controle agroecológico do mosaico dourado no feijão. A Sr.ª Maria Alaídes coloca que não
183 percebeu constar no documento menção sobre soberania alimentar e questiona como poderiam
184 aprofundar sobre a questão do Programa Bolsa Verde. O Sr. Daniel Carvalho de Oliveira põe a
185 disposição do Consea o Armazém da Ação da Cidadania e o Armazém da Utopia, que vão estar
186 com atividades para a Rio+20. Enfatiza a importância e se propõe a ajudar na parte de comunicação
187 colocando como meta mostrar para a população brasileira o que é o Consea, aproveitando o evento.
188 Se dispõe ainda a mobilizar a rede de Estados que têm Ação da Cidadania. A Sr.ª Elza Braga sugere
189 ao MDS explorar um pouco mais a relação Governo e Sociedade Civil, construída no Brasil, que
190 considera a grande riqueza que o Brasil tem. Questiona porque não foi utilizado na Minuta Zero um
191 termo mais abrangente para se referir aos povos vulneráveis, uma vez que somente se referem aos
192 indígenas. Ressaltou a importância de aliar segurança e soberania alimentar. O Sr. Antônio da Costa
193 coloca que a discussão dos biomas intocáveis deve ser feita pelos atores principais da comunidade e
194 não de forma aleatória, como tem ocorrido. Diz que considera que o Governo se contradiz quando
195 coloca que a transposição do Rio São Francisco irá trazer riquezas e a Bahia enfrenta a maior seca
196 de todos os tempos e quando se propõe a discutir biodiversidade e constrói hidroelétricas como a
197 Belo Monte. Informa que durante essa próxima gestão do Consea sua principal agenda será a
198 demarcação das terras indígenas. Quanto a Rio+20 coloca concordar que poucas coisas foram
199 realizadas desde a Eco 92 e questiona se Governo Brasileiro irá mostrar esses dados para o mundo.
200 O Sr. Carlos Eduardo Leite coloca da importância de fazer o debate sobre o que é trabalhar a
201 perspectiva sócioambiental com a perspectiva econômica. Informa que elaboraram o documento da
202 Articulação da Agroecologia sobre uma Política Nacional de Agroecologia, onde definiram
203 objetivos, diretrizes, ações prioritárias e gestão da política, que deverá ser o documento apresentado
204 como pauta do Governo Brasileiro na Rio+20 e que está preocupado porque não sabem como ficará
205 o produto final porque percebem ainda muita instabilidade entre os Ministérios na construção final
206 da proposta. Questiona a Sr.ª Márcia Muchagata como se expressa o Governo brasileiro através dos
207 diferentes Ministérios. Questiona ainda como se dará a dinâmica Arena Social com a Cúpula dos
208 Povos, pois tratam-se de dois espaços que envolvem a Sociedade Civil como um todo na mesma
209 agenda, no mesmo período e no mesmo espaço geográfico. Coloca que entende que o espaço que a
210 Sociedade Civil terá para fazer um debate político, estratégico e crítico será a Cúpula dos Povos e
211 que devem avaliar como esse espaço pode ser aberto dentro da Arena Social, que o Governo está
212 organizando. Por fim, questionou como será a participação oficial do Consea na Rio+20, colocando
213 ao Plenário se seria interessante o Consea participar no debate oficial ou com uma representação
214 mínima para que possam fazer o processo de retorno para o debate interno seguindo a Rio+20. A
215 Sr.ª Sandra Monteiro colocou que a Rio+20 é o momento do Governo brasileiro apresentar todas as
216 coisas boas que o Governo tem feito, mas será o momento ímpar para a Sociedade Civil estar
217 fazendo as suas críticas. É o momento de falar dos avanços, mas também de falar dos retrocessos.
218 Enfatizou a necessidade de se pautar a questão da reforma agrária. E informou que a Sociedade

219 Civil pretende fazer bastante barulho durante a Rio+20 na expectativa que sejam ouvidos. A Sr.^a
220 Sandra Sangaletti faz um apelo para que façam contato com a Rede de Educação Cidadã para que
221 possam articular a participação de todos na cúpula dos povos, na tentativa de falarem a mesma
222 língua. A Sr.^a Mãe Benedita colocou que o seu povo não se sentiu contemplado no documento, mas
223 que participará da Rio+20 e pediu ajuda do Consea em duas lutas do seu povo: conquista do espaço
224 sagrado, como existe em várias partes do mundo, para as religiões que cultuam e praticam junto a
225 natureza. E o espaço para poder fazer as hortas etnobotânicas, que estão cada vez menores, em
226 função do desmatamento. O Sr. Ubiraci Oliveira salientou que a desindustrialização do Brasil é o
227 problema dos trabalhadores, que consideram fundamental e que atinge em cheio a questão da
228 segurança das pessoas. Colocou que o assunto precisa ser pautado para discussão no Consea.
229 Colocou ainda como tema a ser pautado, a questão de soberania nacional com a compra das terras
230 pelo Brasil afora. O Sr. Edgar Moura colocou sua preocupação com a invisibilidade da população
231 negra, comunidades tradicionais, indígenas, quilombola, o povo de terreiros, ribeirinhos nesse
232 processo da Rio+20. Questionou como poderão está colocando suas posições. O Sr. Edécio Vigna
233 coloca que a questão de casar o social com o ambiental é uma coisa que a Sociedade Civil vem
234 fazendo há algum tempo. Questiona como o Consea vai incidir no diálogo oficial e paralelo.
235 Lamentou a falta de diálogo e a resistência, tanto da Sociedade Civil, como do Governo em não
236 cederem e realizarem um evento só, se referindo a Arena Social e a Cúpula dos Povos. A Sra.
237 Leticia ressalta a importância do apoio dado pela Presidenta Dilma Roussef em sua fala, que deixou
238 em sua fala uma mensagem sobre o grito dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Quanto a
239 Rio+20 colocou que a COIAB fez uma avaliação da Eco 92 até o momento para detecção dos
240 resultados bons e ruins para os povos indígenas. Enfatiza que não existe soberania alimentar sem
241 terra. Questiona sobre como será a participação dos índios na Rio+20, colocando a importância
242 deles mesmo expressarem seus anseios. Reforçou a necessidade do Consea ter seu momento de
243 participação como Conselho na Rio+20. O Sr. Julian Peres ressalta a importância de se colocar a
244 grande questão de fundo na Rio+20, se referindo a questão da economia verde. A Sra. Alessandra
245 da Costa Lunas coloca que vem trabalhando uma agenda para dar mais visibilidade a agricultura
246 familiar na Rio+20, inclusive colocando o posicionamento do Governo Brasileiro com relação a
247 essa agenda. Informou ainda que está sendo feito um mapeamento por parte das instituições para
248 participação de membros, principalmente, em espaços onde vão estar se debatendo os eixos de
249 segurança alimentar para facilitar a discussão posterior da Sociedade Civil. O Sr. José de Ribamar
250 de Araújo e Silva propôs criarem um Grupo de Trabalho da Rio+20 que comece a elaborar e pensar
251 e delinear as diversas estratégias de estarem no Fórum oficial e no Fórum paralelo. Sugere ainda
252 montarem uma pequena Comissão para levar o documento a ser aprovado pelo Conselho de apoio
253 aos quilombolas ao Supremo Tribunal Federal. A Sr.^a Maya Takagi colocou que seria importante, e
254 iria mesmo sugerir, a criação do Grupo de Trabalho para estabelecer como o Conselho vai incidir
255 no evento e nas etapas preparatórias da Rio+20. A Dra. Maria Emilia passou aos encaminhamentos.
256 O Conselho acatou a sugestão da criação do Grupo de Trabalho aos moldes sugeridos pela Sra.
257 Maya Takagi, que terá como função; estabelecer como o Conselho influenciará a Minuta Zero,
258 particularmente na parte específica sobre segurança alimentar, reunir reflexões com uma leitura
259 crítica sobre a proposta central do documento oficial da Rio+20 e esclarecer a participação do
260 Consea na agenda da Rio+20 e na delegação brasileira. O Grupo de trabalho deverá observar e ter
261 como base as falas da Dra. Márcia Muchagata, da Dra. Elisa Huguency e as manifestações dos
262 membros do Conselho. O Grupo de Trabalho deverá ainda fazer trabalhos on-line para facilitar as

263 discussões. Foram indicados os seguintes nomes para composição do Grupo de Trabalho: Julian
264 Peres e Carlos Eduardo, Sandra e Dourado Tapeba, Amaral e Silvia, Daniel e Ribamar, Cazuza e
265 Pedro Kitoco e Maria Emília. A palavra foi dada ao Sr. Edgar Aparecido de Moura para leitura da
266 Recomendação do CONSEA número 1/2012, que recomenda ao Supremo Tribunal Federal julgar
267 improcedente a ação direta de institucionalidade da AD 239 dirigida contra o Decreto 4887/2003
268 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e
269 titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas que trata o Artigo 68
270 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Recomendação será dirigida também a
271 Presidência da República na figura da Presidenta Dilma Roussef. A Recomendação foi aprovada e
272 os membros formaram uma Comissão para entregar pessoalmente a Recomendação ao Supremo
273 Tribunal Federal no horário do almoço. Passou-se ao Item 6 da pauta; **Apresentação da**
274 **Metodologia de Monitoramento do Orçamento da Segurança Alimentar e Nutricional –**
275 **Marcelo Gonçalves – Assessor Técnico da Secretaria Executiva do Consea – 12h. –**
276 **Esclarecimentos e debate – 12h30:** O Item ficou prejudicado em função do adiantado da hora e a
277 Sra. Maria Emília Pacheco pediu desculpas ao Sr. Marcelo Gonçalves, mas ressaltou que o debate
278 sobre a Lei Orçamentária Anual de 2013 ainda está em curso e sugeriu deixar o tema para depois do
279 Item 7 e em não havendo tempo para sua discussão, ficar para um outro momento. A Sr^a. Marília
280 Mendonça Leão alertou a importância da discussão do tema ainda nesta Sessão, em função do
281 calendário, pois a próxima reunião poderá ficar muito tarde para fazerem alguma proposta ao
282 orçamento da União. Sugeriu fazerem este encaminhamento na parte da tarde juntamente com o
283 contexto dos novos grupos já determinando que grupo trabalhará o tema. A proposta foi aceita.
284 **Intervalo para Almoço 13h às 14h.** A Sra. Maria Emília pediu desculpas a todos pelo atraso, que
285 se deu em função de sua ida juntamente com a Comissão formada para entrega da Recomendação
286 pessoalmente ao Advogado que defende a causa dos Quilombolas no Supremo Tribunal Federal.
287 Em seguida, deu as boas vindas a Delegação da Ruanda, que se encontrava-se presente. Passou ao
288 Item 7 da pauta; **Planejamento do Consea para 2012-2013 – Apresentação dos Resultados dos**
289 **Grupos – 14h. Debate e encaminhamentos – 14h30. Breve reunião dos interessados em**
290 **compor as respectivas Comissões Permanentes para indicarem seus coordenadores(as)**
291 **provisórios(as) – 16h30:** A Sra. Maria Emília Pacheco colocou que o objetivo nesta discussão é
292 chegarem nas propostas de estruturação do Consea, com base na visão dos grandes eixos e
293 macrodesafios. A Sr^a. Mirlane Klimach Guimarães fez uma exposição detalhando os acréscimos
294 feitos e os pontos controversos ao documento de Sistematização dos Trabalhos de Grupo, Quadro 1,
295 realizados no dia anterior a reunião. Após ouvir sugestões e esclarecimentos de alguns membros, a
296 Sra. Maria Emilia Pacheco ponderou que no conjunto das propostas feitas não havia nada que não
297 deveria ser acolhido com a perspectiva que serão detalhadas na medida em que as comissões entrem
298 em funcionamento. Em seguida a Sra. Michele Lessa fez a exposição dos acréscimos e os pontos
299 controversos do quadro 2 – Desafios relacionados à Implementação do Sistema Nacional de
300 Segurança Alimentar e Nutricional. Após ouvir sugestões e esclarecimentos de alguns membros, a
301 Sra. Maria Emilia Pacheco ponderou que no conjunto das propostas feitas não havia nada que não
302 deveria ser acolhido. Por fim, a Dra. Michele Lessa passou a fazer a exposição das modificações
303 solicitadas para o quadro 3 – Indicações quanto à forma de estruturação e organização do Consea,
304 onde ressaltou haver muitas sugestões de acréscimo e não haver contradições. Enfatizou haver
305 apenas uma divergência na parte das Comissões Permanentes e dos GTs, que exigiria uma decisão
306 da Plenária, principalmente sobre a organização. Após ouvir os membros da Comissão, que

307 colocaram suas sugestões, a Sr^a. Maria Emília Pacheco ponderou que detectou que não há um
308 amadurecimento para conclusão de como reorganizar o que era a antiga Comissão número 03.
309 Enfatizou que há uma tendência bastante grande e forte que precisam se debruçar sobre as questões
310 de implementação do sistema, onde existiria uma Comissão própria com a ideia que o plano seja
311 trabalhado em várias comissões, mas que haja esse instrumento próprio definido. Ressaltou que
312 algumas Comissões já estão plenamente aceitas e ratificadas, mas não têm uma finalização do
313 debate e que por conta do adiantado da hora não teriam tempo para amadurecer o entendimento
314 comum. Preocupada com a ausência da Mesa Diretiva, a Sr^a. Maria Emília Pacheco colocou da
315 necessidade de estabelecerem alguma forma para organização da próxima Reunião Plenária, que
316 ficou marcada para os dias 22 e 23 de maio, dada a necessidade de finalização da discussão não
317 finalizada. Ficou decidido que o mesmo grupo que organizou a Reunião Plenária corrente irá se
318 responsabilizar em organizar a próxima Reunião Plenária. A palavra foi dada a Sr^a. Cátia, que
319 relatou os trabalhos realizados pela Comissão de Presidentes, colocando que os Presidentes dos
320 Conseas se reuniram debatendo suas dificuldades e ansiedades, principalmente com o SISAN e
321 Caisan. Colocou que devem ainda dar suas contribuições sobre a estruturação e organização do
322 Consea. Enfatizou que foi detectado durante a reunião que os Conseas Estaduais e os CAIS
323 Estaduais estão com muitos problemas com relação a financiamento e apoio das Secretarias.
324 Solicita uma Moção a ser encaminhada a Ministra em favor do Presidente do CAIS do Amazonas
325 que está sendo ameaçado de morte, em função de uma denúncia que ele fez ao Ministério Público
326 Federal e Estadual sobre a venda e comercialização da merenda escolar irregular. Solicita ainda
327 uma Moção de Repúdio com exposição de motivo a ser encaminhada para o Ministério da
328 Educação contra a violência no campo de um agricultor rural no Estado do Maranhão, que foi
329 assassinado, em função de conflitos agrários e que era fornecedor de alimento ao PNAE e ao PAA.
330 Solicita também que quando a Caisan for ao Estado se articule com os Conseas Estaduais. Fez um
331 apelo aos Estados que ainda não aderiram o plano para que sejam incluídos e convidados a
332 participar das oficinas da CAISAN. Colou que discutiram o manual orientador da Caisan e
333 detectaram que precisam que a Caisan faça uma reunião para revisar em conjunto o manual
334 orientador, porque têm muito a contribuir com o manual. Ressaltou a problemática enfrentada pelos
335 Estados do Nordeste com a estiagem de água e comida, uma vez que houve o aumento de preço de
336 alimentos de forma exorbitante. Colocou que a Conab está sendo executada sem o parecer do
337 Consea em vários Conseas Estaduais. Solicitando que a Presidenta encaminhe o chamamento de
338 alguém da Conab para uma conversa. Ressaltou a importância da Comissão está sendo sempre
339 pautada com esse espaço na Reunião Plenária, uma vez que têm muito a contribuir em virtude do
340 Estado ser um articulador no plano do sistema construído por todos. A Sra. Maria Emília Pacheco
341 informou que as Moções solicitadas irão a Secretaria Executiva e retornarão na próxima Reunião
342 Plenária para deliberação. O Sr. Geraldo coloca da importância de se debater a identidade da
343 participação da Comissão de Presidentes e propõe que seja feito ao longo da caminhada da nova
344 gestão. O Sr. Antônio da Costa fez a leitura da Recomendação do Consea número 002/2012, que
345 recomenda a revista imediata da PEC 215/2000, que estabelece a competência exclusiva do
346 Congresso Nacional na homologação das áreas configuradas como terras expressamente ocupadas
347 pelos índios, bem como revisão do prazo de cinco dias daqueles pendentes de demarcação e já
348 demarcada pela Constituição Federal. A Sra. Maria Emília Pacheco finalizou colocando que o
349 estabelecimento de temas prioritários das várias plenárias do ano previsto para ser indicados será
350 feito na próxima Sessão. Colocou ainda que o Consea tem recebido diversos convites para

351 participação em eventos e que a Secretaria Executiva do Consea tem recorrido a conselheiros para
352 representar o Conselho e por isso é extremamente necessário que os conselheiros respondam ao
353 questionário preparado pela Secretaria que informa os temas que as pessoas já têm mais experiência
354 em fazer palestra, qual a sua disponibilidade de tempo, as línguas que falam para que possam
355 descentralizar bastante e ter uma participação bastante equânime de Conselheiros atendendo as
356 solicitações. Em seguida, encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos.

357

358

Maria Emília Lisboa Pacheco

359

Presidente do CONSEA

360

361